

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu. A Seguradora atua nos ramos de garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades civil.

A Fator Seguradora S.A. é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente. A Seguradora conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos segmentos.

É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência. A Seguradora apurou lucro líquido de R\$ 21.988 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 96.399 em 2015).

Em 10 de setembro de 2015, conforme processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, a Seguradora obteve resultado favorável em pedido de restituição de impostos, pagos a maior no exercício de 2010, sobre o resultado na venda de ações da BVMF. Em 31 de dezembro de 2015, o resultado desta

restituição, líquido de impostos, foi de R\$ 76.978. A Seguradora constituiu também prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, do ano de 2010, no valor de R\$ 6.161. O lucro líquido apurado com as operações correntes da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 13.260.

O aumento da produção e receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contribuíram substancialmente para o resultado positivo apurado pela Companhia.

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2016, foi aprovado pagamento de juros sobre o capital próprio, apurado com base na taxa de juros de longo prazo- TJLP, sobre o patrimônio líquido, no montante de R\$ 15.100 (R\$ 8.300 em 2015) e pagamento de dividendos no valor de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2015).

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento do capital social). Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido supera o exigido pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos judiciais e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Diretoria agradece especialmente aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("Fensseg") e ao Sindicato do Estado de São Paulo ("Sinseg"), pelo apoio recebido.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015				
(Em milhares de reais - R\$)				
Ativo	Notas	2016	2015	
Circulante		598.484	599.153	
Disponível		2.144	943	
Caixa e bancos	6e e 7	2.144	943	
Aplicações	6e e 8	289.539	226.251	
Crédito das operações com seguros e resseguros	6e	76.258	55.508	
Prêmios a receber	10	67.506	50.158	
Operações com seguradoras		2.198	1.911	
Operações com resseguradoras		6.554	3.439	
Outros créditos operacionais	6e e 11	39.090	36.441	
Ativos de resseguro	16c1	149.457	185.446	
Titulos e créditos a receber	6e	29.657	86.119	
Titulos e créditos a receber	13a e 21b	12.478	1.363	
Créditos tributários e previdenciários	12	16.190	82.931	
Depósitos judiciais e fiscais	13b	311	289	
Outros Créditos	21c	678	1.536	
Despesas antecipadas		5	12	
Custos de aquisição diferidos				
Seguros	16b	12.334	8.433	
Ativo Não Circulante		107.143	80.285	
Realizável a longo prazo		105.693	79.647	
Créditos das operações com seguros e resseguros	6e	14.291	16.790	
Prêmios a receber	10	14.215	16.509	
Operações com seguradoras		76	281	
Ativos de resseguro	16c1	47.586	47.364	
Titulos e créditos a receber	6e	32.265	8.853	
Créditos tributários e previdenciários	13a e 21b	563	593	
Depósitos judiciais e fiscais	12	31.651	8.213	
Custos de aquisição diferidos	13b	51	47	
Seguros	16b	11.551	6.640	
Investimentos		272	234	
Participações societárias	3h	272	231	
Imóveis destinados a renda		-	3	
Imobilizado		992	303	
Bens móveis	3i	485	233	
Outras imobilizações		507	70	
Intangível		186	101	
Outros intangíveis	3j	186	101	
Total do Ativo		705.627	679.438	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)				
Saldos em 31 de dezembro de 2014				
Lucro líquido do exercício				
Proposta para destinação do lucro				
Reserva legal				
Reserva estatutária				
Outras reservas de lucros (ne 15.d)				
Dividendos				
Juros sobre capital próprio				
Saldos em 31 de dezembro de 2015				
Saldos em 31 de dezembro de 2015				
Aumento de capital conf. AGO/E de 30/03/2016				
Lucro líquido do exercício				
Proposta para destinação do lucro				
Reserva legal				
Reserva estatutária				
Dividendos				
Juros sobre capital próprio				
Saldos em 31 de dezembro de 2016				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$)				

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede na Avenida Santo Amaro, 48, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional, nos ramos de riscos financeiros como garantia de obrigações privadas, públicas, judiciais, concessões públicas e fiança locatícia, riscos patrimoniais, como riscos de engenharia e operacionais e riscos de responsabilidades, como responsabilidade civil incluindo administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil de profissionais (E&O) e responsabilidade civil geral. A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A, seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

b) Normas e alterações de normas

Em 30 de julho de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 517, instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir da data de sua publicação, revogando assim a circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições dos CPC 26 e da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria avaliados ao valor justo através do resultado.

e) Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPs.

f) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora.

Em 22 de fevereiro de 2017, foi autorizada a divulgação das demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos exercícios comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda funcional reais (R\$).

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem à vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas.

c) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica "Resultado financeiro", no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não, são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda resultam das receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros sorrente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38:

Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

- Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtve essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis.

Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Seguradora não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

g) Prêmios de seguros, receitas e despesas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos

Os investimentos, no ativo permanente, referem-se substancialmente a participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo.

i) Imobilizado

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o exercício de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventuais mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) Provisões técnicas

- A provisão de prêmios não ganhos - é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pró rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.
- A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos - PPNG - RVNE é calculada de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguos, determinada com base nos avisos recebidos até à data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.
- A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguos, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial, com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.
- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados- IBNR é calculada com base na Circular SUSEP nº 517/15, exceto para o ramo garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculado com base em nota técnica atuarial (NTA) de forma consistente, com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo.
- É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta de provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica "Despesas financeiras".
- A Provisão Complementar de Cobertura - PCC - é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

m) Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas base junho e dezembro de cada ano.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e outras diretamente relacionadas aos contratos de seguros relativos aos produtos em run-off e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixa projetados são brutos de resseguros e descontos pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referentes ao mês de dezembro de 2016, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2016, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

n) Demais passivos

Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%, do lucro antes dos impostos. A Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, alterou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

p) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Circular SUSEP nº 517/15, da seguinte forma:

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

- Provisões para riscos - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Adicionalmente, são constituídas provisões para honorários de sucesso, sempre que aplicável, tendo em vista acordos contratuais com assessores jurídicos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, classificado como provável perda, provisionado e atualizado.

q) Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são demonstrados no patrimônio com uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

r) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endorosso ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização e agenciamento são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros. Esta norma passa a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A administração está avaliando os impactos da referida norma em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes - Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 16 - Arrendamento Mercantil - Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

As principais atividades da Fator Seguradora estão nos segmentos diferenciados ou com a estruturação de soluções sob medida às necessidades dos clientes. A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializada em seguros financeiros, estruturados para proteger os negócios de seus clientes. Atualmente a seguradora também opera com seguros voltados para o setor de infraestrutura, como Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil entre outros. Opera em todo o território nacional através de corretores de seguros, com qualidade e agilidade na prestação de serviços.

A estrutura organizacional da Seguradora é composta pelas áreas comercial, jurídica, técnica, administrativa/ financeira, sinistros, gerenciamento de riscos e análise financeira de empresas, assim como também se utiliza da estrutura operacional do Banco Fator S.A. Como exemplo, mencionamos os departamentos de controladoria, marketing, tecnologia e riscos.

O gerenciamento de riscos é essencial para as atividades da Seguradora, envolve todos os departamentos e conta com a participação da gestão, desde a alta Administração até níveis operacionais e inclui um conjunto de políticas e estratégias de alocação de recursos considerados adequados pela Administração.

Tem por objetivo adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Fator Seguradora.

6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política está associada à complexidade dos serviços, inovação de produtos ofertados bem como na qualidade da sua precificação através de valor econômico agregado.

O monitoramento constante dos riscos de seguros, crédito, operacional, mercado, liquidez e capital, faz parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Seguradora.

a) Riscos de seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado.

Risco de seguro é o risco em que o tomador ou segurado transfere para a Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira agrupando os riscos com características similares objetivando reduzir o impacto de riscos isolados. O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro.
- Obter lucro operacional.

Estratégia de resseguro

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, revisada no mínimo anualmente. Para esta definição constam os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro firmados constam condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Programa de Resseguro	Ramos incluídos em cada Programa de Resseguro	Quota-Parte			Excesso de Danos	
		Limite	Retenção	Cessão	Limite	Prioridade
1	0167 - Riscos de Engenharia 0196 - Riscos Normeados e Operacionais	160.000	30%	70%	3.000	3.000 (*)
					8.000	6.000
2	0310 - R. C. Administradores e Diretores (D&O) 0351 - R. C. Geral 0378 - R. C. Profissional	30.000	30%	70%	2.000	1.000 (*)
					6.000	3.000
3	0746 - Fiança Locatícia 0775 - Garantia Segurado - Setor Público 0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	100.000 300.000	30% 5%	70% 95%	11.000	9.000 (*)
					20.000	20.000

(*) Representam a exposição máxima da Seguradora, por unidade de risco, em cada um dos três programas de resseguro.

- A Seguradora trabalha basicamente com os seguintes grupos de seguros:
- **Seguros de riscos patrimoniais** - Oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desentulho do local.
- **Seguros de riscos de engenharia** - Oferece cobertura aos riscos decorrentes de falha de engenharia e suas etapas como instalação e montagem, obras civis em construção, quebra de máquinas entre outros.
- **Seguros de responsabilidades** - Asseguram uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade inclui, entre outros, a responsabilidade geral/pública, de produto, de conselheiros e diretores, por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.
- **Seguros financeiros** - Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominado Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). Utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

Ramos	Prêmios Emitidos		Resseguros Cedidos		Percentual Ressegurado	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Riscos de engenharia	15.867	12.417	14.294	10.268	90,09	82,69
Riscos nomeados e operacionais	26.346	15.094	21.173	13.569	80,37	89,90
RC de administradores e diretores (D&O)	9.960	8.315	8.022	6.824	80,54	82,07
RC Profissional (E&O)	2.854	2.485	1.688	1.979	57,14	79,64
R.C. Geral	2.530	2.431	2.076	1.840	82,06	75,69
DPVAT	47.309	44.243	—	—	—	—
Garantia de obrigações públicas	10	(81)	8	(65)	80,00	80,25
Fiança Locatícia	1.209	524	761	290	62,94	55,34
Garantia de concessões públicas	—	(8)	—	(6)	—	75,00
Garantia judicial	(212)	91	(193)	(260)	91,04	(285,71)
Garantia segurado-setor público	64.832	46.277	55.427	44.460	85,49	96,07
Garantia segurado-setor privado	5.549	3.496	6.704	6.218	120,81	177,86
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	176.354	135.284	109.960	85.117		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	616	(6.991)	—	—	—	—
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - Resseguros cedidos	—	—	406	(3.402)	—	—
Comissões sobre resseguros cedidos	—	—	(36.129)	(27.472)	—	—
Variações das despesas de resseguros	—	—	(9.079)	(675)	—	—

Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas **176.970 128.293 65.158 53.568**

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Resseguradoras	Classe	Resseguros Cedidos		Resseguros Cedidos - %			
		Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15		
Local 1 (*)	LOCAL	238	50	0,22	0,06		
Local 2 (*)	LOCAL	628	(56)	0,57	(0,07)		
Local 3 (*)	LOCAL	784	(57)	0,71	(0,07)		
Local 4 (*)	LOCAL	555	23	0,50	0,03		
Local 5 (*)	LOCAL	9.043	14.717	8,22	17,29		
Local 6 (*)	LOCAL	13.775	14.796	12,53	17,38		
Local 7 (*)	LOCAL	30	42	0,03	0,05		
Local 8 (*)	LOCAL	—	205	—	0,24		
Local 9 (*)	LOCAL	14.215	9.547	12,93	11,22		
Local 10 (*)	LOCAL	2.622	1.499	2,38	1,76		
Local 11 (*)	LOCAL	1.759	122	1,60	0,14		
Local 12 (*)	LOCAL	—	11	—	0,01		
Local 13 (*)	LOCAL	2.366	917	2,15	1,08		
Local 14 (*)	LOCAL	457	—	0,42	—		
Eventual 1	Eventual	A	A.M. Best Company	2.331	4.552	2,12	5,35
Eventual 2	Eventual	AA-	Standard & Poor's / FITCH	112	—	0,10	—
Eventual 3	Eventual	B+	A.M. Best Company	—	55	—	0,06
Eventual 4	Eventual	AA-	Standard & Poor's / FITCH	—	100	—	0,12
Eventual 5	Eventual	AA-	Standard & Poor's / FITCH	4.011	2.961	3,65	3,48
Eventual 6	Eventual	A-	Standard & Poor's / FITCH	5.561	4	5,06	—
Eventual 7	Eventual	A+	A.M. Best Company	1.060	629	0,96	0,74
Eventual 8	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	1.020	—	0,93	—
Eventual 9	Eventual	A	A.M. Best Company	129	76	0,12	0,09
Eventual 10	Eventual	A	A.M. Best Company	2.701	1.015	2,46	1,19
Eventual 11	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	206	—	0,19	—
Eventual 12	Eventual	A	A.M. Best Company	2.437	—	2,22	—
Eventual 13	Eventual	A	A.M. Best Company	19	—	0,02	—
Eventual 14	Eventual	A	Standard & Poor's / FITCH	206	—	0,19	—
Eventual 15	Eventual	A	A.M. Best Company	2.738	—	2,49	—
Eventual 16	Eventual	A	A.M. Best Company	1.859	—	1,69	—
Eventual 17	Eventual	A	A.M. Best Company	756	—	0,69	—
Eventual 18	Eventual	A-	A.M. Best Company	446	—	0,41	—
Eventual 19	Eventual	A-	A.M. Best Company	188	—	0,17	—
Admitida 1	Admitida	AA	Standard & Poor's / FITCH	—	597	—	0,70
Admitida 2	Admitida	A	Standard & Poor's / FITCH	—	28	—	0,03
Admitida 3	Admitida	A-	A.M. Best Company	51	(2)	0,05	—
Admitida 4	Admitida	A	A.M. Best Company	1.595	1.394	1,45	1,64
Admitida 5	Admitida	A	A.M. Best Company	—	4.349	—	5,11
Admitida 6	Admitida	A	Standard & Poor's / FITCH	6.031	8.315	5,48	9,77
Admitida 7	Admitida	A	Standard & Poor's / FITCH	—	512	—	0,60
Admitida 8	Admitida	A+	A.M. Best Company	154	—	0,14	—
Admitida 9	Admitida	A	A.M. Best Company	7.786	4.237	7,08	4,98
Admitida 10	Admitida	A	A.M. Best Company	7.158	109	6,49	0,14
Admitida 11	Admitida	A	Standard & Poor's / FITCH	1.063	6.595	0,97	7,75
Admitida 12	Admitida	A-	Standard & Poor's / FITCH	3.045	2.341	2,77	2,75
Admitida 13	Admitida	A	A.M. Best Company	349	1.608	0,32	1,89
Admitida 14	Admitida	A	A.M. Best Company	7.534	3.826	6,85	4,49
Admitida 15	Admitida	AA-	Standard & Poor's / FITCH	137	—	0,12	—
Admitida 16	Admitida	A	A.M. Best Company	1.785	—	1,62	—
Admitida 17	Admitida	A	A.M. Best Company	1.020	—	0,93	—
Total			109.960	85.117	100	100	

(*) Não há categoria de risco divulgada.

Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro						
Data de aviso/cadastro	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Dez/16	Total geral
Até um ano	—	—	—	—	10.043	10.043
Após um ano	—	—	—	16.645	—	16.645
Após dois anos	—	—	38.322	—	—	38.322
Após três anos	—	81	—	—	—	81
Após quatro anos	50	—	—	—	—	50
Total geral	50	81	38.322	16.645	10.043	65.141
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT	—	—	—	—	3.289	3.289
Total do passivo	—	—	—	—	3.289	68.430

Sinistros administrativos - líquido de resseguro						
Data de aviso/cadastro	Dez/12	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Dez/16	Total geral
Até um ano	—	—	—	—	1.757	1.757
Após um ano	—	—	—	1.177	—	1.177
Após dois anos	—	—	39	—	—	39
Após três anos	—	2	—	—	—	2
Após quatro anos	10	—	—	—	—	10
Total geral	10	2	39	1.177	1.757	2.985
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT	—	—	—	—	3.289	3.289
Total do passivo	—	—	—	—	6.274	6.274

Sinistros judiciais - bruto de resseguro					
Data de aviso/cadastro	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Total geral	
Até um ano	—	—	—	—	—
Após um ano	—	—	—	523	523
Após dois anos	—	—	3.266	—	3.266
Após três anos	—	1.104	—	—	1.104
Total geral	1.104	3.266	523	4.893	4.893
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT	—	—	—	14.284	14.284
Total do passivo	—	—	—	19.177	19.177

Sinistros judiciais - líquido de resseguro				
Data de aviso/cadastro	Dez/13	Dez/14	Dez/15	Total geral
Até um ano	—	—	—	—
Após um ano	—	—	—	523
Após dois anos	—	—	26	26
Após três anos	—	653	—	653
Após quatro anos	—	66	—	66
Total geral	66	653	26	745
Provisões de sinistros a liquidar- DPVAT	—	—	—	14.284
Total do passivo	—	—	—	15.029

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da provisão de sinistros a liquidar.

Análise de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.

Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo.

Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
Fator de sensibilidade - prêmios			
Em 31de dezembro de 2016:			
Redução de prêmios emitidos em 5%	(8.849)	(5.309)	
Redução de prêmios emitidos em 10%	(17.697)	(10.618)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Redução de prêmios emitidos em 5%	(6.415)	(3.849)	
Redução de prêmios emitidos em 10%	(12.829)	(7.698)	
Fator de sensibilidade - sinistros			
Em 31 de dezembro de 2016:			
Aumento de sinistros em 5%	(7.384)	(4.431)	
Aumento de sinistros em 10%	(14.769)	(8.861)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Aumento de sinistros em 5%	(7.246)	(4.348)	
Aumento de sinistros em 10%	(14.493)	(8.696)	

Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
Fator de sensibilidade - despesas administrativas			
Em 31 de dezembro de 2016:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)	(750)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)	(1.501)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)	(644)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)	(1.289)	

Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
Fator de sensibilidade - distribuição de prêmio bruto de resseguro			
Em 31 de dezembro de 2016:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)	(750)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)	(1.501)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)	(644)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)	(1.289)	

Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
Fator de sensibilidade - distribuição de prêmio líquido de resseguro			
Em 31 de dezembro de 2016:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)	(750)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)	(1.501)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)	(644)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)	(1.289)	

Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
Fator de sensibilidade - distribuição de prêmio líquido de resseguro			
Em 31 de dezembro de 2016:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)	(750)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)	(1.501)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)	(644)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)	(1.289)	

Impacto no resultado antes dos impostos		Impacto no patrimônio líquido	
Fator de sensibilidade - distribuição de prêmio líquido de resseguro			
Em 31 de dezembro de 2016:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.251)	(750)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.502)	(1.501)	
Em 31 de dezembro de 2015:			
Aumento das despesas administrativas em 5%	(1.074)	(644)	
Aumento das despesas administrativas em 10%	(2.148)	(1.289)	

(*) Este montante não inclui receitas de prêmios do convênio DPVAT e prêmios de riscos vigentes não emitidos.

Concentração de riscos - moeda

A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativos em moedas estrangeiras, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições com contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

A Seguradora adota política de gerenciamento das exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto de eventual inadimplimento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Definições das classificações de qualidade

- **Forte:** Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada.

- **Boa:** Demonstram boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência e são monitoradas regularmente.
 - **Satisfatória:** Exposições que precisam de maior grau de monitoramento porque demonstram capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros.
 - **Abaixo do padrão:** Exposições que necessitam de monitoramento constante e atenção especial, visto que o risco de inadimplência é maior.
 - **Em atraso, mas não deteriorada:** Exposições que precisam de atenção especial e monitoramento constante, pois estão em atraso. São operações que normalmente demonstram curtos exercícios de inadimplência, com expectativa mínima de perda efetiva após adoção de processos de cobrança.
 - **Deteriorada:** Exposições que foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas e há necessidade de processo judicial para tentativa de recuperação.
- A seguinte tabela estabelece a distribuição dos ativos financeiros da Seguradora por classificações de qualidade de crédito:

Forte	Classificações de qualidade		Em atraso, mas não deteriorado	Deteriorada	Redução ao valor recuperável	Total
	Sem atraso, nem deteriorado	Média				
	Boa	Satisfatória	Abaixo do padrão			

Em 31 de dezembro de 2016

Ativos financeiros designados:

ao valor justo	178.379	111.160	—	—	—	—	289.539
Prêmios a receber	73.741	—	—	8.490	21	(531)	81.721
Operações com seguradoras	—	906	—	2.138	—	(770)	2.274
Operações com resseguradores	—	6.554	—	998	—	(998)	6.554
Outros créditos operacionais	—	39.090	—	45	—	(45)	39.090

c) Risco operacional

A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A Seguradora optou pela contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de controles internos e processos, a qual é responsável pela identificação dos riscos e auxílio aos departamentos técnicos, pela formalização de processos, controles e sistemas de controles internos. Objetiva auxiliar na gestão dos negócios, promovendo visão gerencial de riscos, maior dinamismo e segurança nas operações de seguros, contribuindo para um melhor desempenho da Seguradora perante o mercado.

d) Risco de mercado

A carteira de investimentos da Fator Seguradora possui instrumentos do segmento de renda fixa e risco de crédito. Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma carteira de investimentos.

Gerenciamento do risco financeiro de mercado

A Seguradora administra sua carteira de investimentos utilizando as seguintes técnicas:

- Controlo base nos seus passivos de curto prazo e reserva técnica concentra parte substancial de seus investimentos em títulos públicos, que têm fácil liquidez no mercado.
- Faz uso de derivativos, quando necessário, com o intuito de proteger suas posições ativas, basicamente LTNs, de flutuações adversas nas taxas de mercado.
- Acompanha todos os investimentos, gerenciando sua rent

(ii) Os processos fiscais no valor de R\$ 9.948 (R\$ 8.697 em 2015), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a discussão sobre a incidência e reconhecimento de variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSL, de exercícios anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo e supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do programa de integração social - PIS.

(iii) Os processos cíveis no valor de R\$ 241 (R\$ 169 em 2015), classificados como de perda possível, referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

(iv) Os processos trabalhistas no valor de R\$ 12 (R\$ 12 em 2015), classificados como de perda possível, referem-se a horas extras, adicional de periculosidade e devolução de descontos relacionados a seguros.

Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas
227	3.398	397	298
4	2.199	(4)	65
—	(500)	(80)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	231	5.097	313
			(34)

(i) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores jurídicos.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Despesas corporativas

Em junho de 2009, a Seguradora passou a investir parte de seu portfólio em Fundo de Investimento Exclusivo Multimercado, que tem como administrador, o Banco Fator S.A., e como gestora a FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.

O Banco Fator S.A. auxilia a Fator Seguradora através da Central de Riscos e Compliance, no cálculo do risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos.

Em 26 de setembro de 2014 foi firmado instrumento particular de acordo para reembolso de custos e despesas entre empresas integrantes do Conglomerado Fator. As partes utilizam estruturas e áreas corporativas em comum, típicas de suporte, bem como celebram contratos diretamente com fornecedores e/ou prestadores de serviços em geral, utilizados por todas as empresas do Conglomerado, com a finalidade de diminuição de custos, tendo em vista a contratação em maior quantidade.

Em relação ao acordo firmado, a Seguradora apresenta saldo a pagar e despesas, conforme abaixo:

	Passivos a pagar		Despesas corporativas com utilização de estruturas comuns e contratos firmados para o Conglomerado	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Banco Fator S.A.	250	178	2.959	2.330
Fator S.A. Corretora de Valores	31	—	377	219
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	—	—	2	3
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	—	3	9	7
Total	281	211	3.347	2.559

16. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão para prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão de despesas relacionadas		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
DPVAT	—	—	17.573	19.885	69.250	35.372	671	404	—	—	—	—
Garantia de obrigações - públicas	2.508	3.620	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Garantia de obrigações - privadas	—	230	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Garantia judicial	29	357	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	5.051	5.920	2.057	1.644	438	651	—	43	1.120	95	211	—
Responsabilidade civil profissional - E&O	3.028	2.775	89	16	650	547	—	—	—	29	—	—
Responsabilidade civil geral	1.523	1.556	1.904	1.786	356	187	—	—	172	307	359	—
Riscos de Engenharia	38.982	40.663	9.410	6.344	786	745	—	6.321	147	1.223	273	—
Garantia segurado - Setor público	90.546	58.380	1	1	—	—	—	—	—	1	—	—
Garantia segurado - Setor privado	13.852	26.602	39.591	76.539	—	—	—	258	144	11.197	—	—
Riscos nomeados e operacionais	18.482	10.796	16.982	39.104	3.029	6.186	—	378	7.422	2.547	—	—
Fiança Locatícia	793	436	—	—	45	19	—	—	—	—	—	—
Total	174.794	151.335	87.607	145.319	74.554	43.707	671	404	7.172	9.140	15.451	484

Outras provisões referem-se a despesas administrativas do convênio DPVAT - PDA no valor de R\$ 671 (R\$ 404 em 2015).

a.1) Movimentações das provisões técnicas

	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Provisão de despesas relacionadas aos sinistros - PDR		Provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER	
	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Saldo no início do exercício	151.335	152.724	145.319	62.297	43.707	25.381	404	527	9.140	675	484	268
Constituições decorrentes de prêmios	129.663	84.050	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Diferimentos pelo risco decorrido	(104.164)	(86.814)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Oscilação cambial	(2.040)	1.375	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Avisos de sinistros	—	—	44.396	8.912	—	—	—	—	252	398	—	—
Cancelamentos de sinistros	—	—	(38.739)	(4.140)	—	—	—	—	(36)	(112)	—	—
Ajustes de estimativas de sinistros	—	—	88.203	87.041	—	—	—	—	2.508	1.139	—	—
Pagamentos de sinistros	—	—	(149.260)	(7.252)	—	—	—	—	(2.485)	(1.162)	—	—
Movimentações decorrentes das operações com DPVAT	—	—	(2.312)	(1.539)	33.878	13.355	267	(123)	—	—	—	—
Reversões/constituições de despesas estimadas relacionadas aos sinistros	—	—	—	—	80.474	4.971	—	—	(2.207)	8.202	14.967	—
Outras constituições	—	—	—	—	(83.505)	—	—	—	—	—	216	—
Outras reversões	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo no final do exercício	174.794	151.335	87.607	145.319	74.554	43.707	671	404	7.172	9.140	15.451	484

b) Custo de aquisição diferido

Ramos	Dez/16	Dez/15
Riscos de engenharia	2.738	2.987
Riscos nomeados e operacionais	2.165	807
Fiança Locatícia	140	78
Garantia de obrigações - públicas	148	217
Garantia de obrigações - privadas	—	40
Garantia judicial	4	40
Garantia segurado - setor público	15.487	6.873
Garantia segurado - setor privado	1.578	2.861
Responsabilidade civil Geral	219	231
Responsabilidade civil Profissional - E&O	678	321
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	728	618
Total	23.885	15.073
Curto prazo	12.334	8.433
Longo prazo	11.551	6.640

b.1) Custo de aquisição diferido - movimentações

	Dez/16	Dez/15
Saldo no início do exercício	15.073	15.980
Constituições decorrentes de comissões	24.031	12.504
Diferimentos pelo risco decorrido	(15.219)	(13.411)
Saldo no final do exercício	23.885	15.073
Custo de aquisição diferido refere-se a comissões decorrentes das operações atuais da Seguradora e seguem os mesmos critérios de diferimento dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência do risco de cada apólice emitida. Os riscos emitidos têm, em média, três anos de vigência para produtos do ramo garantia e um ano de vigência para os demais produtos.		
c) Prêmios de resseguros diferidos	Dez/16	Dez/15
Ramos	32.485	33.666
Riscos de engenharia	11.231	8.237
Riscos nomeados e operacionais	826	847
Responsabilidade civil geral	325	155
Fiança Locatícia	47.130	32.885
Garantia segurado - setor público	8.764	14.986
Garantia segurado - setor privado	1.325	1.912
Garantia de obrigações - públicas	—	112
Garantia de obrigações - privadas	—	231
Garantia judicial	1.127	1.689
Responsabilidade civil Profissional - E&O	2.967	3.665
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	106.200	98.385

c.1) Prêmios de resseguros diferidos - movimentações

	Dez/16	Dez/15
Saldo no início do exercício	98.385	96.292
Constituições decorrentes dos riscos cedidos no exercício	74.237	54.243
Diferimentos pelo risco decorrido	(65.158)	(53.567)
Oscilação cambial	(1.264)	1.417
Saldo no final do exercício	106.200	98.385
Os valores correspondentes aos riscos cedidos em resseguros são contabilizados no ativo, na rubrica "Ativos de resseguros - provisões técnicas", líquido das receitas de comercialização de resseguro diferidas, em contrapartida do resultado. O diferimento dos prêmios de resseguros segue o mesmo critério dos prêmios retidos, ou seja, o diferimento ocorre pelo prazo de vigência de cada risco.		
Composição dos ativos de resseguros:		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	Dez/16	Dez/15
Sinistros de resseguros	90.843	134.426
Prêmios de resseguros	148.160	132.489
Comissões de resseguros	(41.960)	(34.105)
Total	197.043	232.810
Curto prazo	149.457	185.446
Longo prazo	47.586	47.364

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, os ativos financeiros vinculados em cobertura das provisões técnicas, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Dez/16	Dez/15
	360.249	350.389
Exclusões	—	—
Provisões técnicas - resseguros redutores	(134.990)	(179.100)
Custos de aquisição diferidos redutores	(15.333)	(11.255)
Total das exclusões	(150.323)	(190.355)
Provisões técnicas para cobertura	209.926	160.034
Títulos de renda fixa - públicos, vinculados à cobertura das provisões técnicas	140.709	122.119
Quotas de fundos de investimentos, vinculados à cobertura de provisões técnicas- DPVAT	87.514	55.677
Suficiência Apurada	18.297	17.762
Ativos livres	61.316	48.455

b) Remuneração do pessoal chave da administração

	Dez/16	Dez/15
Honorários	1.830	1.752
Gratificações e participações nos lucros	1.075	996
Encargos	1.323	1.135

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

d) Em 31 de dezembro de 2016, a Seguradora apresenta saldo a pagar ao acionista, o Banco Fator S.A, no valor de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2015), registrado no passivo circulante, na rubrica obrigações a pagar, referente a dividendos do exercício.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 18 de outubro de 2016 foi publicada Portaria SUSEP nº 6.668 que aprovou aumento de capital no valor de R\$ 38.127, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária- AGO/E de 30 de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 135.479 (R\$ 97.352 em 2015) e está representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária- AGE, realizada em 29 de dezembro de 2016, foi aprovado pagamento de dividendos no montante de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2015). O valor encontra-se registrado na rubrica obrigações a pagar no passivo circulante.

c) Juros sobre capital próprio

A Assembleia Geral Extraordinária- AGE, realizada em 29 de dezembro de 2016, deliberou o pagamento de juros sobre o capital- JCP ao acionista, no valor de R\$ 15.100 (R\$ 8.300 em 2015), calculados com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do ano anterior. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no montante de R\$ 6.795 (R\$ 3.735 em 2015).

d) Reservas de lucros

O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e reserva estatutária no limite de 80% (oitenta por cento do capital social).

O lucro líquido remanescente, do exercício de 2015, no valor de R\$ 38.127, após pagamento dos juros sobre o capital próprio- JCP, distribuição dos dividendos e constituição das reservas legal e estatutária, foi destinado para aumento de capital em aprovação, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária- AGO/E, de 30 de março de 2016. Em 18 de outubro de 2016 foi publicada Portaria SUSEP nº 6.668 que aprovou o aumento de capital.

e) Outras receitas e (despesas) operacionais

	Dez/16	Dez/15
Receitas	—	23
Com contrato de cosseguro	—	834
Ajustes de provisões e depósitos judiciais	—	315
Outras receitas com convênio DPVAT	82	121
Subtotal	916	459
Despesas	—	—
Com convênio DPVAT	(3.656)	(3.359)
Com provisão para riscos	(75)	(280)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(1.667)	(247)
Outras	(102)	(8)
Subtotal	(5.500)	(3.894)
Total	(4.584)	(3.435)

f) Resultado com resseguros

	Dez/16	Dez/15
Receitas	106.589	87.172
Indenizações de sinistros	1.057	7.361
Despesas com sinistros	3.035	1.905
Receitas de participações em lucros de contratos de resseguros	(4.599)	5.748
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	106.082	102.186
Subtotal	(110.366)	(81.716)
Despesas	36.129	27.473
Prêmios de resseguros cedidos	9.079	675
Comissões de resseguros cedidos	(65.158)	(53.568)
Variação da despesa de resseguro	40.924	48.618

g) Despesas administrativas

	Dez/16	Dez/15
Com pessoal próprio	(15.003)	(12.741)
Com serviços de terceiros	(2.968)	(3.072)
Com localização e funcionamento	(2.423)	(1.707)
Com publicidade e propaganda	(87)	(93)
Com publicações	(341)	(319)
Com donativos e contribuições	(93)	(150)
Com convênio DPVAT	(3.725)	(3.119)
Outras	(376)	(280)
Total	(25.016)	(21.481)

h) Despesas com tributos

	Dez/16	Dez/15
COFINS	(2.711)	(3.721)
PIS	(477)	(662)
Taxa Fiscalização - SUSEP	(833)	(660)
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	(43)	(20)
Contribuição Sindical	(56)	(57)
Outras	(21)	(22)
Total	(4.141)	(5.142)

i) Resultado financeiro

	Dez/16	Dez/15
Receitas	19.387	16.289
Títulos públicos	—	—
Instrumentos financeiros derivativos - futuro DI (nota 9)	—	—
Títulos privados	7.953	5.960
Atualização monetária de créditos tributários	3.961	29.667
DPVAT	10.643	6.696
Atualização monetária de depósitos judiciais	225	137
Receitas financeiras com operações de seguros	373	874
Variação cambial	995	1.655
Subtotal	43.537	61.278
Despesas	(10.330)	(6.399)
DPVAT	(450)	(122)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	—	(360)
Despesas financeiras com operações de seguros	(313)	(2.040)
Variação Cambial	(28)	(19)
Repasse juros sobre prêmios a resseguradoras	(106)	(33)
Encargos com tributos - juros	(11.227)	(8.973)
Subtotal	32.310	52.305
Total	(4.141)	(5.142)

j) Resultado patrimonial

	Dez/16	Dez/15
--	--------	--------

Aos Acionistas e Administradores da

Fator Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Fator Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador

CRC nº 1 PR 050377/O-6